

Subsecretaria de Análise
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 123

SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

COLÉGIO ELEITORAL

(*) EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(**) ATO Nº 1, DE 1978, DA MESA DO SENADO FEDERAL

(***) Composição do Colégio Eleitoral incumbido de eleger, a 15 de outubro de 1978, o Presidente da República.

(****) ATA DA REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL, realizada às dezoito horas e trinta minutos do dia onze do mês de setembro de mil novecentos e setenta e oito.

(****) ATA DA REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL, realizada às dezenove horas do dia onze de setembro de mil novecentos e setenta e oito.

(*) O Edital, referente à convocação do Colégio Eleitoral, para a sessão destinada à eleição do Presidente da República, para o próximo mandato a iniciar-se a 15 de março de 1979; à apresentação de credenciais dos delegados das Assembleias Legislativas; e as outras normas correlatas, será publicado em Suplemento à presente edição.

(**) O Ato, referente a normas que deverão ser obedecidas nos trabalhos da sessão do Colégio Eleitoral, será publicado em Suplemento à presente edição.

(***) Será publicado em Suplemento à presente edição.

(****) As Atas, que tratam de assunto pertinente ao Colégio Eleitoral, serão publicadas em Suplemento à presente edição.

SUMARIO

1 — ATA DA 158ª SESSÃO, EM 28 DE SETEMBRO DE 1978**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Parecer**

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei do Senado nº 22/77, que suprime o artigo 93 e o parágrafo único da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. (Redação final).

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Solicitando retificação nos autógrafos da seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 32/78 (nº 1.704-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Referente ao ofício lido anteriormente.

— Recebimento das Mensagens nºs 197 a 207/78 (nºs 336 a 346/78, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República submete ao Senado propostas do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que o Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras — SAEMA e as Prefeituras Municipais de Ariranha, Diadema, Guarujá, Icém, Louveira, Paulínia, do Estado de São Paulo, Campina Grande (PB), Lagoa da Prata, Pouso Alegre e São Sebastião do Paraíso, do Estado de Minas Gerais, sejam autorizadas a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução 62/75, desta Casa, e possam realizar operações de empréstimo, para os fins que especificam.

— Recebimento das Mensagens nºs 208 e 209/78 (nºs 35 e 352, de 1978, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República submete ao Senado propostas do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que as Prefeituras Municipais de São Jerônimo (RS) e Ipatinga (MG) sejam autorizadas a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 62/75, desta Casa, e possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.4 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado Federal

— De substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69/78.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 296/78, de autoria do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que altera a redação da alínea "a", do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 289/78, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 190/77, de sua autoria, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes e dá outras providências.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Sugestão proposta por ex-combatentes norte-americanos concernentes à alienação como sucata, pela Marinha de Guerra brasileira, do cruzador

Almirante Tamandaré, antigo "USS St. Luis", participante da batalha de Pearl Harbor.

SENADOR MURILO PARAISO — Apelos encaminhados ao Engenheiro Maurício Schulman, Presidente do BNH, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades daquele órgão.

SENADOR FRANCO MONTORO — Procrastinação da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 15/75, de autoria do Sr. Senador Paulo Guerra, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por partes de ex-ocupantes de cargos públicos civis e militares aposentados, da reserva ou reformados, e dá outras providências.

SENADOR ORESTES QUÊRCIA — Anunciando apresentar, na próxima semana, projeto de lei que concede anistia a punidos por atos institucionais e complementares.

SENADOR RUY SANTOS — Observação de S. Exª quanto a afirmação feita pelo orador que o antecedeu na tribuna.

SENADOR ORESTES QUÊRCIA — Explicações relativas ao reparo feito pelo Sr. Ruy Santos ao discurso pronunciado por S. Exª

1.2.8 — Requerimento

— Nº 290/78, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 15/75, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por partes e ex-ocupantes de cargos públicos, civis e militares aposentados, da reserva ou reformados e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 233/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Comandante do 1º Exército, General José Pinto de Araújo Rabello, no dia 22 de agosto de 1978. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Requerimento nº 271/78, de autoria do Sr. Senador Leite Chaves, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General Euler Bentes Monteiro, no auditório da Associação Comercial do Distrito Federal, no dia 13 de setembro de 1978. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Requerimento nº 279/78, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 180 e 192, de 1978, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que alteram dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 23/78-Complementar, de autoria do Sr. Senador Otair Becker, que estabelece critérios para concessão de benefícios pecuniários do PRORURAL a serem concedidos ao trabalhador rural produtor. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). *Discussão encerrada*, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 38/78-Complementar, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). *Discussão encerrada*, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/77, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor. *Aprovado*, em segundo turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 14/78, de autoria do Sr. Senador Agenor Maria, que isenta do pagamento do Imposto de

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATO DO PRESIDENTE

3 — RETIFICAÇÕES

- Ata da 70ª Sessão, realizada em 17-5-78.
- Ata da 98ª Sessão, realizada em 20-6-78.
- Ata da 151ª Sessão, realizada em 19-9-78.
- Ata da 153ª Sessão, realizada em 21-9-78.
- Trecho da Ata da 62ª Sessão, realizada em 9-5-78.

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

- Balancete Patrimonial em 31-8-78.
- Demonstração da conta "Receita e Despesa".
- Balancete acumulado de 1º-1 a 31-8-78.
- Demonstração da conta "Receita e Despesa" do mês de agosto de 1978.

5 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

- Ata da reunião da Comissão Deliberativa, realizada em 27-9-78

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Renda os aposentados da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrestada**, em virtude da falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 291/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 26 de outubro de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 69/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que assegura transporte gratuito aos assalariados de baixa renda, aposentados e estudantes. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão encerrada**, após usar da palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso, tendo sua votação adiada por falta de *quorum*.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Retificando recente pronunciamento feito por S. Exª no Senado, a respeito do número de nomeações feitas pelo Governador do Estado do Espírito Santo, publicadas no *Diário Oficial* daquele Estado, em sua edição de 15-8-78.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Reparos às denúncias de fraude formuladas pela Assessoria de Imprensa da Presidência da República, no que concerne à legitimidade das assinaturas inseridas no memorial dirigido ao Senhor Presidente da República pelo "Movimento Custo de Vida". Ilegalidade que estaria ocorrendo na aquisição de terras na região amazônica pela empresa Jari Florestal.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Transferência para às 18 horas e 30 minutos, da sessão do Congresso Nacional anteriormente convocada para às 19 horas de hoje.

ATA DA 158ª SESSÃO, EM 28 DE SETEMBRO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MENDES CANALE

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — José Guimard — Evandro Carreira — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Petrónio Portella — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Cunha Lima — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — João Calmon — Vasconcelos Torres — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Accioly Filho — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

Elido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 612, DE 1978

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1977.

Relator: Senador Dirceu Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1977, que suprime o artigo 93 e o parágrafo único da

Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, esclarecendo que, em decorrência da revogação prevista no projeto, deverá também ser suprimido do texto da Lei o inciso I do artigo 120 que a ele faz referência.

Nesse sentido a Comissão de Redação, no texto oferecido, faz a necessária alteração.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — Jarbas Passarinho.

ANEXO AO PARECER Nº 612, DE 1978

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1977, que revoga o artigo 93 e o inciso I do artigo 120 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São revogados o artigo 93 e o inciso I do artigo 120 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 28 de setembro de 1978

Nº
Retifica autógrafos do
Projeto de Lei
nº 1.704-B, de 1976.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 1.704-B, de 1976, que "dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional".

Onde se lê, no Art. 5º:

"..., e decorridos noventa dias da remoção, apreensão ou detenção,..."

Leia-se:

"..., e decorridos noventa dias da remoção, apreensão ou retenção,..."

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — **Jader Barbalho**, Segundo-Secretário, no exercício da Primeira-Secretaria A Sua Excelência o Senhor Senador Mendes Canale Digníssimo Primeiro-Secretário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência atende à solicitação da Câmara dos Deputados, uma vez que a retificação pretendida não altera o mérito da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 197 a 207, de 1978 (nºs 336 a 346/78, na origem), de 26 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado propostas do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que o Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras — SAEMA e as Prefeituras Municipais de Ariranha, Diadema, Guarujá, Icém, Louveira, Paulínia, do Estado de São Paulo, Campina Grande (PB), Lagoa da Prata, Pouso Alegre e São Sebastião do Paraíso, do Estado de Minas Gerais, sejam autorizados a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução nº 62/75, desta Casa, e possam realizar operações de empréstimo, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência recebeu, ainda, as Mensagens nºs 208, e 209, de 1978 (nºs 351 e 352/78, na origem), de 27 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, submete ao Senado proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que as Prefeituras Municipais de São Jerônimo (RS) e Itatinga (MG) sejam autorizados a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo art. 2º da Resolução nº 62/75, desta Casa, e possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão, igualmente, despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 27 de setembro de 1978.

Senhor Presidente

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Lourival Baptista, pelo nobre Sr. Senador Milton Cabral, na Comissão que dará parecer sobre a Resolução nº 69, de 1978, que solicita a instalação de uma Comissão de Inquérito a fim de apurar a gravidade dos fatos revelados pela revista *Der Spiegel*, da Alemanha, relacio-

nados com a execução do Acordo Nuclear Brasil—República Federal da Alemanha.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Jarbas Passarinho**, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança

Ao Exmº Sr.

Senador Petrônio Portella

D.D. Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Será feita a substituição solicitada. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 1978

"Altera a redação da alínea "a", do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea a, do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 7º

a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, computadas as horas suplementares habitualmente prestadas;"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Dispõe a alínea a, do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que a remuneração do repouso remunerado corresponderá, para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, não computadas as horas suplementares.

Essa disposição, a nosso ver, é absurda e injusta para com o empregado que habitualmente presta horas-extras ou suplementares e que, no entanto, a elas não têm direito no que tange ao repouso remunerado.

A esse respeito, decidiu o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, através do Prejulgado nº 52, que: "... computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas".

Posteriormente, a mesma Corte decidiu que não mais deveriam ser computadas as horas-extras no cálculo do pagamento do repouso semanal remunerado, em virtude do disposto na alínea a, do art. 7º, da Lei nº 605/49.

A situação continua, portanto, sem definição e extremamente prejudicial ao trabalhador.

Nesse contexto, preconizamos nova redação para o questionado dispositivo, no sentido de que as horas suplementares habitualmente prestadas pelos empregados serão computadas no cálculo do pagamento do repouso semanal.

Em se tratando de medida justa, esperamos venha a ter o beneplácito de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1978. — **Orestes Quêrcia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados, civis e religiosos.

Art. 7º A remuneração do repouso semanal corresponderá:

a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, não computadas as horas suplementares;

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 289, DE 1978

De acordo com o art. 195, I, do Regimento Interno, requero a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1977, de minha autoria, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes e dá outras providências.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1978. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordo com o art. 279, II, "c", do Regimento Interno, o requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com o nome de Saint Louis, ficou famoso, na Batalha de Pearl Harbour, um encouraçado que foi das raras naves americanas que conseguiram sair do porto, sob o ataque japonês, sem sofrer graves danos, e, retornando imediatamente às ações de guerra.

Em 1951, o Saint Louis foi vendido para o Brasil. Foi reequipado, reaparelhado e tomou o nome de Cruzador Almirante Tamandaré, em homenagem a Joaquim Marques Lisboa, um dos nomes tutelares da Marinha brasileira.

Durante vinte e cinco anos o Almirante Tamandaré serviu à Marinha de Guerra do Brasil em missões, graças a Deus, pacíficas. Agora, anunciou-se que seria entregue aos estaleiros que ganhassem uma licitação pública ou uma concorrência, para ser vendido como ferro usado.

Nos Estados Unidos, essa notícia repercutiu de maneira intensa. Uma associação de antigos combatentes da Marinha, especialmente daqueles que estiveram em Pearl Harbour, naquele famoso 7 de dezembro, fez contactos com vários órgãos, primeiro da área do Legislativo norte-americano, depois com o Embaixador João Batista Pinheiro, do Brasil, no sentido de impedir que o Saint Louis, agora Almirante Tamandaré, fosse vendido como ferro velho.

Estou recebendo, aqui, um recorte do *Brazil Herald* de 30 de julho, ao mesmo tempo em que uma carta me é endereçada por ex-autoridades combatentes no período da guerra no Pacífico, que fazem uma sugestão para que o Governo brasileiro repense o caso, reconsidere a sua decisão, porque, segundo essas ex-autoridades, o mais interessante é que houvesse um entendimento entre os dois países e o Saint Louis, ou Almirante Tamandaré, voltasse às suas origens, para servir de testemunho vivo da bravura daquela tripulação no ataque que, como se sabe, retardou, pelo menos, de dois anos e meio a vitória das Forças Aliadas, e particularmente, das forças americanas, no teatro do Pacífico.

Uma dessas sugestões, Sr. Presidente, é no sentido de que o navio fosse entregue ao governo dos Estados Unidos, mediante compensação equivalente àquilo que ele poderia significar, em termos de receita, pela sua venda. E essa compensação seria um encontro de contas entre o Brasil e os Estados Unidos, nos débitos que temos com aquele país. E esse navio conseguiu escapar de Pearl Harbor e, posteriormente, abateu seis aviões camicases japoneses, o que também foi uma proeza fora do comum.

A carta que me foi escrita e o documento que se seguiu fizeram com que eu assumasse à tribuna do Senado para me dirigir às autoridades brasileiras, especialmente ao eminente Ministro da Marinha, o Almirante Geraldo Henning, a ver se é possível reconsiderar essa decisão e, de fato, realizar um entendimento com o governo norte-americano, especialmente com essas entidades que lutam pela manutenção das tradições guerreiras dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, tradições que, já sabemos, são hoje postas à prova,

muito especialmente porque se vive o clima do anti-herói, e, vivendo-se o clima do anti-herói, essas tradições, automaticamente, não são respeitadas.

Neste sentido, Sr. Presidente, é que me inscrevi, para que este apelo fosse dirigido às autoridades competentes do meu País, tendo a certeza, pela formação que tive, pela minha origem militar, de que isto sensibilizaria bastante aqueles que um dia tiveram a responsabilidade de lutar pelos princípios democráticos do mundo, dentro desse navio, enfrentando valentes combatentes inimigos e muito especialmente os aviadores suicidas, dos quais o St. Louis soube livrar-se de uma maneira brilhante.

Assim, Sr. Presidente, fica feito o apelo e espero que ele encontre eco nas autoridades brasileiras. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Paraíso.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Conhecemo-nos exatamente há dez anos atrás, quando defendíamos teses diametralmente opostas.

Ele, ocupando uma das diretorias da ELETROBRÁS, enquanto representávamos o Governo de Pernambuco, através da então Secretaria de Viação e Obras Públicas, como seu titular.

Os debates, por vezes, foram acalorados, mas nem por isso deixamos de reconhecer a equilibrada e irrepreensível conduta daquele diretor, que sempre se mostrou sensível aos pleitos de Pernambuco, jamais se deixando empolgar pela situação altamente vantajosa que, no caso, estava a ELETROBRÁS a desfrutar.

Graças a sua atuação, sempre voltada para a causa pública, foi possível conciliar os interesses da ELETROBRÁS com os do Governo de Pernambuco.

Referimo-nos à pendência havida em torno da aquisição das ações do Grupo Amford e das condições em que deveria ocorrer, para o nosso Estado, a transferência do correspondente acervo da Pernambuco Tramways, então concessionária de luz e força do Recife.

Pouco tempo antes, havia o Governo de Pernambuco lutado, em vão, contra a incorporação ao patrimônio da CHESF da obsoleta usina elétrica de Bananeiras, localizada na Bahia, adquirida pela ELETROBRÁS, a peso de ouro, e impiedosamente revendida à CHESF nas mesmas condições da compra original, a despeito da reação da diretoria da empresa nordestina. Evidentemente, que aquela aquisição "espontânea" teria que corresponder, como correspondeu, um aumento tarifário para remunerar o investimento feito, sem que dali adviesse, para o Nordeste, qualquer aspecto positivo. Como consequência, somente um ônus coube ao Nordeste: o aumento de tarifa da energia que lhe fornecia a CHESF.

Reconhecemos que a campanha, encetada por Pernambuco, na época, não logrou o êxito desejado no seu principal objetivo, que era o de evitar fosse Bananeiras incorporada à CHESF, pois só assim estariam os nordestinos livres de nova sangria na sua economia.

Todavia, a luta teve repercussão nacional e serviu para evidenciar a capacidade de combate e a altivez de Pernambuco, toda vez que os seus interesses e os da região nordestina estão ameaçados.

Logo após aquele episódio vinha à tona a transferência, para Pernambuco, do acervo da antiga concessionária de luz e força da sua capital.

Foi aí que a sensibilidade, compreensão e espírito público do diretor da ELETROBRÁS a quem nos referimos, muito concorrem para o atendimento de grande parte dos justos pleitos de Pernambuco.

Esta figura que está sendo aqui enfocada é a do Engenheiro Maurício Schulman, hoje Presidente do Banco Nacional de Habitação.

É a ele que nos dirigimos, apelando para as suas qualidades de homem público que, no passado, nos foram reveladas de modo tão

significativo e que, hoje, são também do conhecimento de todo o povo brasileiro, através da sua atuação séria, eficiente e humanitária, no fiel cumprimento que vem dando às imensas e complexas tarefas sociais da entidade que dirige com tanta probidade e dedicação.

A ele encaminhamos hoje três problemas do BNH para cuja solução faz-se necessária a sua lúcida interferência.

O primeiro diz respeito aos financiamentos concedidos pelo BNH ao Poder Público, nas esferas estadual e municipal.

Durante os doze meses que atuamos na Comissão de Economia do Senado, constatamos que em todos os empréstimos a entidades públicas o BNH mantém como intermediário, na qualidade de agente financeiro, um estabelecimento de crédito da rede bancária.

Entendemos que a presença sistemática, naquelas transações, de um agente financeiro, onera o Poder Público desnecessariamente.

Os financiamentos aprovados pela Comissão de Economia do Senado, no período de agosto de 1977 a agosto de 1978, entre outros deveres dos mutuários, estabelecem a obrigatoriedade do pagamento, em favor daqueles agentes financeiros, de comissões que ultrapassam Cr\$ 526 milhões, a custos atuais.

Isso significa que Estados brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, estão financeiramente sobrecarregados com aquelas despesas, que bem poderiam ter sido eliminadas, com evidentes vantagens para o Poder Público.

Porque não se evita o ônus dessa comissão? Convenhamos que os estabelecimentos bancários do País, na fase atual, poderiam perfeitamente prescindir de tal participação.

A oportunidade dessa medida seria evidente, pois o Poder Público brasileiro, tanto na esfera estadual como na municipal, com raras exceções, acha-se no limiar da sua capacidade de endividamento.

Admitimos que a interposição da figura do agente financeiro deverá simplificar a tarefa administrativa do BNH.

Achamos, todavia, que, por essa simplicidade, muito dinheiro está sendo desperdiçado pelas nossas entidades públicas. Daí apelarmos ao BNH para que as suas operações financeiras, envolvendo Estados ou Municípios, passem a ser realizadas diretamente, sem a onerosa participação de intermediários.

O segundo problema que aqui igualmente encaminhamos ao BNH se refere aos conjuntos habitacionais que se encontram com as suas obras interrompidas há vários anos, por força de intervenção federal nas entidades que os financiavam.

A lentidão com que o Banco Central do Brasil processa a liquidação das empresas sob sua intervenção, está a exigir uma forma jurídica que permita concluir as obras, dentro de prazos absolutamente normais.

Esse retardamento, que às vezes se prolonga por anos a fio, ocasiona inúmeras desvantagens. O risco de obsolescência do correspondente projeto arquitetônico; o encarecimento das unidades residenciais, pela contagem dos juros do capital até então aplicado, ao longo do período de interrupção; a manutenção de pessoal para a vigilância das obras paralisadas; e a inevitável perda de materiais perecíveis são alguns dos fatores que agravam enormemente os empreendimentos submetidos à intervenção. Na fase da sua comercialização, quando gerados os impasses e concluídas as obras, o BNH terá de arcar com aqueles prejuízos ou não haverá condições competitivas no mercado imobiliário.

Na capital pernambucana, muitos conjuntos habitacionais se encontram nessa situação, com obras paralisadas há muitos anos, emprestando a trechos da cidade um aspecto de solidão e abandono.

Outros, inexplicavelmente, passaram a ter as suas unidades alugadas, num processo de total desrespeito à filosofia de ação do próprio BNH.

Aqui mesmo, em Brasília, há também unidades residenciais financiadas pelo BNH em idêntica situação.

E acreditamos que no Brasil inteiro, o fato esteja a se repetir.

Essas interrupções, além de ocasionarem prejuízos financeiros ao BNH, de certo modo comprometem a boa imagem do sistema

sendo, por isso, do interesse, tanto do Governo como do povo, que seja posta em prática uma nova estratégia que corrija essas anormalias.

Os juristas, se convocados, haverão de encontrar uma solução que compatibilize o processamento legal da intervenção com o interesse público da imediata conclusão das obras, sem condicioná-las a uma longa, prejudicial e quase infundável espera.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a par desses apelos aqui encaminhados ao Presidente do BNH, com o objetivo de colaborar para o aperfeiçoamento das atividades daquele órgão, é preciso, por um dever de absoluta justiça, que se exalte a grande ênfase que vem sendo dada, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, à solução da habitação popular do País.

Em primeiro lugar, teremos que reconhecer haver o BNH, de 1970 a 1974, se desviado da sua principal finalidade, que é a de ir ao encontro das camadas sociais mais modestas, oferecendo-lhes habitações populares.

Naquele período, as habitações, destinadas à classe média superaram, numericamente, às de baixa renda. Assim, no intervalo de 1970 a 1974, enquanto foram construídas 404.000 residências para a classe média, apenas 238.000 o foram para a chamada faixa de baixa renda.

No atual Governo, houve a louvável preocupação de inverter essa posição, fazendo o BNH assumir a sua principal função que é a de dedicar-se, prioritariamente, às populações mais pobres.

Dentro dessa filosofia, já em 1975, tomando por base o exercício anterior, não houve nenhum progresso na quantidade de habitações destinadas à classe média, enquanto o número de casas populares subia na proporção de 382%.

Nos anos de 1976 e 1977 foram financiadas pelo BNH 288.000 habitações populares, enquanto o financiamento das residências de classe média limitou-se a 200.000 unidades.

Desempenho igualmente significativo no setor de habitação popular, vem sendo desenvolvido pelo estado de Pernambuco que, no ano passado, ocupou o segundo lugar em todo o País, com um total de 12.070 unidades, sendo apenas superado pelo Estado de São Paulo.

Esta animadora posição para o meu Estado, tão carente de investimentos públicos em todos os setores das suas atividades, notadamente no campo social, onde é gritante o seu déficit habitacional, serve também para evidenciar a capacidade e a iniciativa do povo pernambucano quando lhe são ofertados os necessários recursos financeiros para solucionar os seus seculares ou novos problemas.

Este posicionamento de Pernambuco, no capítulo de habitação popular, aliás, não deve se constituir surpresa para o País, pois aquele Estado, à semelhança de outras tantas iniciativas de cunho nacional, teve uma atuação pioneira na construção de casas para população de baixa renda.

Isso decorreu das meritórias campanhas intensamente desenvolvidas pelo saudoso estadista Agamenon Magalhães que, já em 1939, através da criação de órgão específico, procurou erradicar os mocambos do Recife, substituindo-os por habitações populares higiênicas e saudáveis, em atitude precursora, guardadas as devidas proporções, das gigantescas tarefas desempenhadas pelo BNH, nos dias atuais.

Um outro aspecto a ser salientado é que 70% das casas populares construídas e em construção, em todo o País, pelo BNH no atual período administrativo, terão prestações acessíveis a famílias que percebem até três salários mínimos e 30% àquelas que percebem dois salários mínimos.

Embora o BNH estipule para as habitações populares taxas de juros inferiores às das suas próprias captações financeiras, o que demonstra preocupação em reduzir os custos da produção, há necessidade de serem adotadas providências outras que assegurem também o acesso às habitações populares dos numerosos trabalhadores brasileiros, que percebem apenas um salário mínimo.

Esta seria, evidentemente uma medida altamente significativa para o Nordeste, pois ali concentra uma grande parcela desses modestos trabalhadores.

E isso só será possível com a redução da correção monetário, pois o alto custo dos materiais de construção não permite encontrar outra fórmula.

Nesse particular, comungamos com o ponto de vista da Deputada Sandra Calvacanti que não admite habitação popular com cobrança de juros e correção monetária, a nosso ver, pelo menos dever-se-ia subsidiar a correção, à semelhança do que é feito com financiamentos destinados a uma razoável gama de atividades nacionais pouco rentáveis.

Aqui caberá uma indagação: em todo o campo de ação do BNH, haverá projeto mais indicado para receber subsídios do que o da moradia destinada ao trabalhador brasileiro, que percebe apenas um salário mínimo?

Este é, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o terceiro problema ligado ao BNH que submetemos à apreciação, à inteligência e à sensibilidade do Presidente Maurício Schulman.

E não temos dúvida de que a solução aqui solicitada, para ser adotada, nada mais exige daquele presidente senão o exercício pleno da sua excelsa qualidade de homem público que é a sua profunda sensibilidade humana.

Fica aqui o nosso apelo em favor dos modestos trabalhadores brasileiros, que necessitam, tanto quanto qualquer um de nós, de teto para abrigar a sua, quase sempre, numerosa família.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, era apenas isto o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encontra-se em tramitação, no Senado, desde 1975, o Projeto de Lei nº 15, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais, por parte de ex-ocupantes de cargos públicos, civis e militares, aposentados da reserva ou reformados, e dá outras providências.

Esse projeto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, decorreu dos estudos preliminares, feitos por uma subcomissão criada junto à Comissão de Economia, com o objetivo de estudar o problema das empresas multinacionais ou transnacionais. O nobre Senador Paulo Guerra, então Relator daquela Comissão, coligiu os primeiros elementos e apresentou esse projeto como contribuição concreta para evitar a atuação dominante de empresas multinacionais.

Na ocasião, o ilustre Senador por Pernambuco apontou vários casos de ministros que, dois ou três meses depois de deixarem o posto, passaram a ocupar cargos e direções em empresas multinacionais, além de outros cargos não de hierarquia ministerial mas de autarquias importantes, em que o titular, terminada a sua gestão, passava a prestar serviços a uma empresa estrangeira ou transnacional.

A matéria, como se vê pelo seu próprio enunciado, é de importância básica. Entretanto, de forma estranha, o projeto não caminha; ele teve parecer favorável e brilhante do Senador Nelson Carneiro. Esse parecer, que conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, foi acompanhado de um substitutivo que aproveitava as sugestões oferecidas no Plenário da Comissão, através de um debate de que participaram praticamente todos os membros daquele órgão da Casa.

Em seguida, o projeto foi à Comissão de Serviços Públicos, e ali teve também um parecer brilhante e sintético do Senador Accioly Filho, sendo aprovado por unanimidade na Comissão. Em seguida, foi à Comissão de Segurança Nacional e, naquela Comissão, em 17 de março de 1976, foram solicitadas ao Executivo informações relativas

à matéria. Com base nessa resolução dessa Comissão, o Senado solicitou audiência do Ministério da Justiça e do DASP, em 1976. Passaram-se dois anos e nenhum desses órgãos dignou-se a dar resposta a uma solicitação oficial do Senado sobre matéria dessa importância. Que fazer, Sr. Presidente, diante desse precedente que sintetizo e que exige uma providência por parte do Senado? A providência que podemos tomar, e o fazemos neste momento, é requerer à Mesa, como já dissemos com base no Regimento, art. 195, inciso II, letra e, nº 1, que permite seja solicitado a inclusão na Ordem do Dia de matéria que há mais de seis meses esteja tramitando pela Casa.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite-me um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Não ouvi bem. De quando é esse projeto?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O projeto é de 1975.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Foi já nesta Legislatura.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Exato. Esses dados, Sr. Presidente, nos autorizam a formular o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO DE 1978

Requeiro, nos termos do nº 1, letra "e", inciso II, do art. 195, do Regimento Interno, inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 15/75, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por parte de ex-ocupantes de cargos públicos, civis e militares aposentados, da reserva ou reformados, e dá outras providências.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, que não é esta a primeira vez que solicitação desta ordem é feita. Pedimos encarecidamente à Mesa que coloque na Ordem do Dia essa matéria. Está para terminar a sua administração mais um Governo e é do maior interesse do próprio Governo e da Nação que o Congresso não deixe escoar a presente Sessão Legislativa sem aprovar esse projeto, nos termos, em que foi apresentado pelo seu ilustre Autor o Senador Paulo Guerra ou em termos aperfeiçoados, corrigidos, complementados, com a colaboração de todos os Membros do Congresso Nacional.

A matéria é séria. Não há dúvida, para todos aqueles que olham a realidade nacional, a força cada vez maior dos grupos transnacionais. Grande parte dessa presença é responsável também pelo aumento da dívida externa do País, ponto de estrangulamento da nossa economia.

Trata-se de matéria da maior significação e importância para a nossa vida pública e para o desenvolvimento independente. Razões de ordem ética, política e jurídica militam no sentido de exigir, da parte do Senado Federal, a rápida aprovação dessa medida e o seu envio à Câmara dos Deputados, para que, ainda na presente Sessão Legislativa, o Congresso Nacional possa responder a essa grande aspiração do povo brasileiro.

Sem dúvida nenhuma aqueles que hoje percorrem o Território nacional vêm que a grande reivindicação do povo brasileiro é de que lhe seja devolvida a direção do seu próprio destino.

A Nação brasileira está sendo, neste momento, levada a uma conscientização muito nítida de que todo o Poder, que deveria vir de baixo, de acordo com a própria Constituição, está vindo de cima. Os Prefeitos das Capitais eleitos pelos Governadores; os Governadores, pelo Presidente da República; o Presidente da República pelo seu antecessor e neste mundo da supra-estrutura é que dominam os grandes grupos supranacionais.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Quero deixar no discurso de V. Exª uma informação. Quando o Embaixador Juracy Magalhães era Governador da Bahia, pela segunda vez, houve uma concorrência para a instalação da TELEBAHIA. Concorreram a Ericsson do Brasil e a Siemens e o Governador decidiu, face aos pareceres, pela Siemens. Quando S. Exª deixou o Governo, foi procurado pela Ericsson para um cargo de direção. S. Exª estranhou porque havia negado a essa empresa o direito à instalação da aparelhagem da TELEBAHIA, mas os dirigentes da Ericsson informaram-lhe que justamente pela sua conduta o escolheram. Dou essa informação a V. Exª porque quando o Embaixador Juracy Magalhães foi convocado pelo Presidente Castello Branco para, primeiro, Embaixador do Brasil, depois Ministro da Justiça e Ministro das Relações Exteriores, S. Exª se afastou da Ericsson. Quer dizer, S. Exª já trabalhava naquela empresa. Quando deixou a função pública, a Ericsson insistiu para que S. Exª voltasse e S. Exª voltou. Há dois anos, por motivo de saúde, S. Exª se exonerou, mas a empresa sueca pediu que deixasse a posição executiva, que o seu estado de saúde não permitia exercer, mas honrasse a companhia aceitando um posto em um dos Conselhos da firma. Queria apenas deixar no discurso de V. Exª — onde pode haver possíveis insinuações a respeito, não de V. Exª, mas de outros — a posição do General Juracy Magalhães no caso.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço a contribuição de V. Exª

Não nos move, nesta solicitação, Sr. Presidente, nenhuma intenção pessoal de ferir ou acusar qualquer homem público. Trata-se apenas de preservar o bom nome daqueles que exercem a Administração Pública.

A História do Brasil está cheia de exemplos de homens públicos, ex-Presidentes, ex-Ministros que morreram pobres, que se recusaram a participar de empresas cujos interesses nem sempre coincidem com os interesses nacionais.

Mas, a cada dia que passa, o problema torna-se mais claro. Hoje há uma luta entre dois modelos de desenvolvimento, em quaisquer dos problemas ou dos aspectos que se queira examinar a questão, um grupo defendendo as soluções de impacto, com grandes empresas, quase sempre multinacionais, e aqueles que olham para baixo, para o Brasil que está na base, para as pequenas e médias empresas e pretendem defendê-las. Nesta luta não é razoável que homens que deixem os Ministérios se coloquem ao lado das grandes empresas que, a nosso ver, desservem fundamentalmente este grande anseio de desenvolvimento, que quer partir da base, quer partir de baixo para cima.

Neste sentido encaminhamos o requerimento, certo de que a Mesa tomará todas as providências para que o Senado possa, com brevidade, chegar a uma decisão que será recebida com aplausos por toda a Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nós sabemos que nestes últimos quatorze anos, após o Movimento Revolucionário de 1964, temos uma lista muito grande de brasileiros que tiveram seus direitos políticos suspensos, e muitos tiveram os seus mandatos cassados pela lei de aposentadorias e outras punições, efetivadas através dos atos complementares e institucionais, atingindo civis e militares. Acreditamos, Sr. Presidente, que é muito importante, nesses dias que vivemos, detectar o anseio da Nação, do meio social brasileiro, no sentido de uma anistia. Anistia aos cassados, aos punidos pelos atos institucionais, e complementares. A Constituição estabelece que compete, com exclusividade, ao Presidente da República a iniciativa para projeto de lei que proporcione a anistia. Aliás, a quebra de uma tradição constitucional em nosso País, porque, originalmente, compete ao Congresso,

compete ao Poder Legislativo o direito de aprovar, por iniciativa de parlamentares, projetos dando anistia para crimes políticos.

Mas, Sr. Presidente, daí a razão desta nossa comunicação, queremos apresentar, na próxima terça-feira, um projeto de lei concedendo anistia a todos os punidos por atos complementares, atos constitucionais, destes últimos 14 anos.

Baseados em estudos bem aprofundados...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — Se o Sr. Presidente o permitir eu posso dar o aparte. Estou falando para uma pequena comunicação, tendo em vista o fato de ter, infelizmente, perdido o prazo para falar.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Perdeu a 1ª época e agora está na segunda, não é Senador?

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Se V. Exª não permite...

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — V. Exª colocou mal, mas, como sempre, não tem importância.

Sr. Presidente, o fato desta comunicação é que temos um estudo muito bem justificado, pelo qual pode competir a um parlamentar a iniciativa de projetos de anistia, baseados, entre outras coisas, entre outros argumentos e muitas fundamentações, no fato de que o crime político não tem uma definição muito precisa em nosso País e, aliás, disso se lamenta, até, o ilustre jurista Pontes de Miranda.

Mas, de uma coisa não podemos escapar, em termos de analisar este problema; a Constituição federal consagra o princípio jurídico universal de que não pode haver crime sem uma lei anterior que o defina como crime. E a nossa Carta outorgada ampara esse princípio universal. Ora, para os crimes definidos como crimes políticos, que a lei prevê como tal, que a lei estabelece serem crimes políticos, a iniciativa cabe ao Presidente da República, pela Constituição, pela Carta outorgada. Mas, ocorre, Sr. Presidente, que a maioria, talvez a totalidade dos punidos por atos institucionais ou atos complementares, esses brasileiros não responderam a nenhum processo, não cometeram nenhum crime político, porque, em primeiro lugar, não cometeram crime. O que houve, Sr. Presidente, foi uma punição política, o que é muito diferente.

Baseados neste argumento jurídico, ingressaremos com um projeto de lei, na próxima terça-feira, que visará proporcionar anistia a todos os punidos por atos institucionais e complementares, porque o Congresso Nacional tem poderes para isto, em razão dos argumentos de nível jurídico que estamos expendendo na justificativa do projeto. E temos certeza de que o Congresso Nacional não vai faltar no atender a este anseio nacional, a este anseio do meio social do Brasil, em termos de anistia, de perdão, e de congracamento da família brasileira, desses políticos que tiveram as suas punições, mas que, em sua maioria, merecem voltar ao convívio dos problemas desse País.

Em razão disso, Sr. Presidente, era este o comunicado que gostaríamos de fazer, anunciando que apresentaremos este projeto de lei que nos parece muito importante, e esperamos obtenha a aprovação da maioria do Congresso Nacional. (Muito bem!)

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Sr. Presidente, peço a palavra

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apenas para dar o aparte que o nobre Senador não permitiu ou não pôde permitir. S. Exª diz, em seu discurso, que, pela Constituição é privativo do Presidente da República a iniciativa de projetos de anistia. E disse até que isso fere a tradição brasileira. Pois bem, apesar de reconhecer isto, S. Exª vai apresentar um projeto concedendo anistia. Para quê? Para ter o parecer contrário, naturalmente, da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu expliquei, rapidamente, e S. Exª ouviu a introdução do meu pronunciamento, mas não ouviu a complementação. Eu disse que a Constituição realmente prevê, mas, em seguida, esclareci que não considero crime político fatos em razão dos quais houve punições pelos atos institucionais ou complementares, porque, crime político é aquele que está previsto em lei. É esse o argumento que eu quis apresentar e que S. Exª não ouviu e que, talvez, tenha ouvido neste instante. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 290, DE 1978

Requeiro, nos termos do nº 1, letra "e", inciso II, do Art. 195, do Regimento Interno, inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 15/75, que disciplina o exercício de cargos executivos ou de assessoramento em empresas transnacionais por partes e ocupantes de cargos públicos, civis e militares aposentados, da reserva ou reformados e dá outras providências.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 1978. — **Franco Montoro.**

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordo com o art. 279, II, c, do Regimento Interno, o requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes 30 Srs. Senadores. Não há *quorum* para votação.

Em consequência, os itens nºs 1 a 3 da pauta, ficam adiados para a próxima sessão.

São os seguinte os itens adiados

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 233, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Comandante do 1º Exército, General José Pinto de Araújo Rabello, no dia 22 de agosto de 1978.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 271, de 1978, do Senhor Senador Leite Chaves, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General Euler Bentes Monteiro, no auditório da Associação Comercial do Distrito Federal, no dia 13 de setembro de 1978.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 279, de 1978, do Senhor Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 180 e 192, de 1978, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que alteram dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Passa-se ao Item 4:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento

Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1978-Complementar, do Senador Otair Becker, que estabelece critérios para concessão de benefícios pecuniários do PRORURAL a serem concedidos ao trabalhador rural produtor, tendo

PARECER, sob nº 195, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em virtude da falta de *quorum* anteriormente anunciada, fica a votação da matéria adiada.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Item 5:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1978-Complementar, do Senhor Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, declaro encerrada a discussão, ficando sua votação igualmente adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Item 6:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito, favorável; e

— de Economia, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como aprovada, nos termos do art. 315 do Regimento Interno, indo à Comissão de Redação, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1977

Institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor.

Art. 1º Ressalvado o disposto na legislação vigente aplica-se a correção monetária a todas as dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, começando a sua incidência:

I — no dia em que ocorrer o dano a pessoa ou coisa;

II — no dia em que se tornar exigível a dívida constante de título executivo extrajudicial (CPC, art. 585) ou a dívida de valor decorrente do ato lícito;

III — no dia indicado no contrato;

IV — seis meses após a citação para o processo de conhecimento, ou no dia da intimação da sentença de primeiro grau, ao devedor, nos demais casos.

§ 1º No caso de perícia judicial que indique o valor da dívida ao tempo da elaboração do laudo, nessa data começará a correção monetária.

§ 2º No curso de processo, é lícito ao réu ou executado depositar a importância pedida, a qual será levada a conta bancária com correção monetária, à disposição do Juízo.

Art. 2º A correção monetária a que se refere esta lei far-se-á com base na variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), ressalvados os casos previstos na Legislação vigente.

Art. 3º A sentença que declarar a existência de qualquer das obrigações a que se refere o art. 1º incluirá a correção monetária, ainda que não pedida expressamente.

§ 1º Em qualquer caso é devida a correção monetária até à data do efetivo pagamento, devendo proceder-se à atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez.

§ 2º Aplica-se o parágrafo anterior, ainda que a sentença tenha fixado o valor em dinheiro da obrigação.

§ 3º Cessa a incidência da correção monetária no momento em que o credor ilegitimamente recusar o recebimento da quantia devida.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor seis meses após a sua publicação e terá aplicação imediata aos créditos exigíveis a essa data.

Parágrafo único. As dívidas vencidas, constantes de título executivo extrajudicial (art. 1º, nº I), bem como as já ajuizadas (art. 1º, nº IV), serão corrigidas a partir da vigência desta lei (Const., art. 153, § 3º).

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Item 7:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1978, do Senhor Senador Agenor Maria, que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 194, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 291, DE 1978

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1978, do Senhor Senador Agenor Maria, que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados da Previdência Social, a fim de ser feita na sessão de 26 de outubro.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1978. — Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Em virtude da falta de número regimental para deliberações, a votação do requerimento lido fica adiada para a próxima sessão, sobrestada a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Item 8:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que assegura transporte gratuito aos assalariados de baixa renda, aposentados e estudantes, tendo

PARECER, sob nº 292, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Dirceu Cardoso.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso, para discutir a matéria.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para discutir o projeto. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres é o Projeto nº 8, da pauta de nossos trabalhos, que assegura o transporte gratuito aos assalariados de baixa renda.

Sr. Presidente, o projeto do nobre Senador Vasconcelos Torres, ao tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu da ilus-

tre Comissão parecer pela inconstitucionalidade, com voto em separado do Senador que ora ocupa esta tribuna.

Somos de opinião, Sr. Presidente, que os argumentos da nobre Comissão de Constituição e Justiça não foram judiciosos, porque, em primeiro lugar, argumenta que se se der a gratuidade pretendida aos operários, ou aos brasileiros de baixa renda, isso vai representar uma discriminação.

Ora, Sr. Presidente, a característica do nosso Direito, da nossa Constituição, é exatamente proteger o menos favorecido; esse é que precisa proteção. Do contrário, a mesma igualdade que nós dermos nos textos constitucionais, a ricos e a pobres, de dormirem debaixo da ponte, é inoperante, é inútil, é frita. Então, o nobre Senador Vasconcelos Torres propôs que aos brasileiros de baixa renda, os operários de baixa renda, os estudantes e os aposentados que tivessem um vencimento abaixo do nível de dois ou três salários mínimos, obtivessem transporte gratuito nas empresas de transportes coletivos das grandes cidades brasileiras.

Este é o primeiro argumento, então, de que haveria discriminação entre brasileiros, quando eu vejo a Comissão de Constituição e Justiça legislar, homologar e aprovar discriminações gritantes entre brasileiros, quando passam por ali mensagens presidenciais ou projetos de autoria da nobre Bancada da ARENA.

O segundo argumento da Comissão de Constituição e Justiça é de que o Art. 167 da Constituição manda que a lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias dos serviços públicos federais, estaduais e municipais, nas condições que especifica nos itens I a III, que não autorizam a gratuidade pretendida.

Sr. Presidente, também não colhe o argumento da nobre Comissão de Constituição e Justiça, porque se nós quisermos dar, num ato de justiça, se o Congresso quiser dar ao estudante, ao professor, ao operário de baixa renda transporte grátis nas grandes cidades, a Constituição não nos veda isso. Agora, a Comissão de Constituição e Justiça retirar deste dispositivo ou deste projeto uma inconstitucionalidade, então não faremos nada. O Senado já está contido, delimitado; se nós tirarmos dos Senadores o alcance dos seus projetos, então reduziremos a nada a capacidade ou a iniciativa legislante do Senador da República.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Anos atrás, um estrangeiro radicado no Brasil — não me lembro atualmente o nome dele — publicou um livro interessantíssimo, acho que o título era "Brasil para principiantes", onde ele contava as originalidades da vida brasileira. A certa altura dizia ele: "Nunca vi um país em que se tem o prazer de provar que é estudante, como o Brasil." Um dia, no cinema, ele encontrou um velho tirando a carteira de estudante e pagando com abatimento, para provar que era estudante. Vê V. Exª o que uma lei destas pode permitir.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Bom, se formos argumentar assim não teremos lei neste País, porque os fraudadores da lei são inúmeros.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Há velhos estudantes.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Há estudantes velhos e velhos estudantes. A nossa vida é assim. Conheci aqui no Senado, 1ª semana passada, um homem — não vou dizer o nome dele aqui porque é até muito relacionado no Senado — um homem de 64 anos, das maiores fortunas deste País...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Tinha carteira de estudante?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — ... advogado, já aposentado pelo Banco do Brasil — vou dizer quase o nome dele — que vai estudar Medicina, com 64 anos, para fazer bem ao próximo. Apenas para assistir ao próximo. Com 64 anos, uma das grandes

fortunas deste País, que me foi apresentado pelo ilustre Senador Henrique de La Rocque, que disse que seu ideal, para o ano que vem, é fazer o vestibular para Medicina. Vai ser colega do ilustre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Não, porque já não sou médico.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sei, mas vai ser colega, formado em Medicina.

Então, Sr. Presidente, acho que a Rede Ferroviária Federal, que já luta com um déficit violentíssimo, por causa do tratamento distorcido que recebe do Governo Federal, porque enquanto o Governo Federal para o transporte de massa do Rio de Janeiro, por exemplo, investe quantidades fabulosas de dinheiro no METRÔ, a Rede Ferroviária Federal vive de chapéu na mão, pedindo auxílios, ajudas financeiras, para aparelhar e modernizar o seu sistema de transporte, quando na Europa, nas grandes capitais, já se admite, nas Constituições daqueles países, as grandes indústrias nos arredores das grandes cidades pagarem um imposto para auxiliar o transporte da Rede Ferrovia federal nessas capitais.

Aqui, não porque se formos pedir impostos às grandes fábricas, às grandes centrais, aos grandes mercados, para ajudarem a Rede Ferroviária Federal, porque alguns cidadãos já são transportados num regime deficitário, porque fica por 5 cruzeiros a passagem e o usuário paga um cruzeiro ou dois cruzeiros — já é um déficit violento. Mas o Governo não acode com a verba necessária, com a ajuda financeira, às dotações, para aparelhar, modernizar o sistema de transportes.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não!

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Apenas para dizer que os estudantes já gozam de um abatimento nas passagens. Isso não é inconstitucional, nem há discriminação, como quer a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — O aparte de V. Ex^a foi altamente auxiliador da minha tese. Se o estudante já tem 50% de abatimento na sua locomoção, na entrada do cinema, etc., sem que a nobre Comissão de Constituição e Justiça fulminasse essa disposição como inconstitucional, logo, se desse gratuidade completa e plena, não seria, também, discriminação.

O nobre Relator na Comissão de Constituição e Justiça é o Senador Helvídio Nunes, que não se encontra presente. Em vista disso, Sr. Presidente, não discutiremos o parecer, em virtude de S. Ex^a estar ausente.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — V. Ex^a deve discutir o outro argumento. Há o segundo argumento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Já discuti o segundo argumento. Disse o primeiro e o segundo. V. Ex^a certamente não prestou atenção.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — Eventualmente, prestei atenção no discurso de V. Ex^a

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Discuti os dois argumentos. A discriminação é o segundo argumento.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — Não, nobre Senador, o segundo argumento é o art. 167 da Constituição: "A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais". E, nas condições que especifica nos seus itens I a III, não autorizava a gratuidade pretendida. V. Ex^a que apresentou voto em separado, naturalmente também objetou a essa proposição.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Certo.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — E esta é outra faceta da inconstitucionalidade. Quanto a essa primeira, a que V. Ex^a faz referência, eu também não encontro uma razão...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Plausível.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — ... muito forte para que se diga que a proposição, nesse sentido, é inconstitucional. Sei que há um regime especial para a concessão de serviços públicos, e os concessionários ficam limitados, como também o poder concedente, em virtude da própria concessão, a atuar no decorrer do período da concessão. Não sei se talvez essa do nobre Relator, que figura em segundo lugar, seja onde a inconstitucionalidade está mais gritante.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Tenho a impressão de que a passagem com abatimento da qual o estudante goza não é por imposição legal, mas por determinação das próprias empresas que resolveram fazer isso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — SC) — É possível que seja isso.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Onde não proceder a argumentação do nobre Senador Adalberto Sena, porque o que se quer é evitar a imposição legal do abatimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — SC) — Assim, Sr. Presidente, não há proibição constitucional de se dar essa gratuidade. E, depois, a faixa que o nobre Senador pretende atender no seu projeto é a menos favorecida: os aposentados, os estudantes e os brasileiros operários de baixa renda, que percebem de um a dois salários mínimos, vencimentos que mal dão para os atos elementares de sua vida.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite outro aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Há muito estudante rico, inclusive esse que vai estudar Medicina, que V. Ex^a disse que é uma grande fortuna. Então, porque é obrigado o abatimento a ele?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Presidente, veja bem, vamos dar a dez milhões de estudantes, mas, porque há um estudante rico, não se pode dar a gratuidade. Não se pode dar a gratuidade, porque há um estudante rico, e muito rico. Se formos fazer as leis, nesses casos pessoais, no casuismo...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Inclusive os filhos de V. Ex^a são estudantes ricos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Os netos de V. Ex^a estão estudando na Bahia também e vivem com a bolsa que V. Ex^a dá — eu sei que dá — para o transporte dos meninos, e é uma bolsa folgada.

Mas isto, Sr. Presidente, não impediria que dêssemos a gratuidade, porque são poucos dentre os dez milhões de estudantes. Então, este é um argumento...

Há dias, salvei um projeto do nobre Senador Vasconcelos Torres, que visava dar ao ex-pracinha, aquele que esteve na guerra, um pedacinho de terrenos da União espalhados pelo País, tinha parecer contrário, também, era inconstitucional, era injurídico, era inconveniente e era inoportuno.

Fiz um apelo à nobre Bancada da ARENA, e o nobre Líder Jarbas Passarinho e o nobre Senador Virgílio Távora apoiaram o nosso apelo, concederam e aprovaram o projeto do nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Não quero fazer demonstração de que já fui à Europa, mas indo à Itália, e viajando de trem, encontrei uns bancos reservados na primeira classe, e esses bancos eram reservados e privativos de mutilados da guerra.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Vê V. Ex^a que lá não é inconstitucional dar a gratuidade da passagem desse pessoal, e aqui é.

Sr. Presidente, eram estas as nossas considerações e espero que a nobre Bancada da ARENA, hoje interpretada, chefiada, conduzida pelo ilustre Senador Ruy Santos, cujos netos são estudantes das faculdades da Bahia, não honram as faculdades de Brasília porque estão estudando nas faculdades da Bahia onde, também, o velho avô estudou e cursou e perambulou os bancos acadêmicos da Bahia, que eles possam merecer a gratuidade do ensino, e não mais o avô mandar os cartões deliciosos. Sr. Presidente, é porque ele manda a bolsa de cada um com um cartãozinho tão delicioso, naquelas palavras que ele sabe muito bem escrever, e eles vão ficar privados menos do dinheiro, mas do cartão que o avô escreve, religiosamente, todos os fins de meses, remetendo-lhes a mesada.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Graças a Deus ainda estou em condições de dar uma pequena mesada, um presente todo mês a meus netos. Mas não posso votar esse projeto, porque, já que V. Ex^a diz que meus netos estudam na Bahia, sou suspeito para votar, porque estou amparando os meus netos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Não quero crer que V. Ex^a deixe de votar em benefício geral para os estudantes do País por causa de três ou quatro netos de V. Ex^a na Bahia.

Nobre Senador, faço um apelo para que V. Ex^a, pensando melhor, decantando esse sentimento, cristalizando esse pensamento de que há tanto estudante pobre — fui estudante pobre e conheço bem a dificuldade por que passam; minha mesada era tão exígua que, no fim do mês, faltava dinheiro para a pensão e para o transporte; faço um apelo — repito — para que V. Ex^a apóie o projeto do ilustre Senador da ARENA Vasconcelos Torres. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão, ficando sua votação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, por cessão do ilustre Senador Otair Becker.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Neste momento, faço uma retificação.

Há dias, apresentei à Casa o *Diário Oficial* do meu Estado que trazia, como estava informado, 860 nomeações, realizadas no dia 15 de agosto próximo passado.

Naquela ocasião, cometi um equívoco, e, por este motivo, peço desculpas ao Senado, já que, para que seja integrado aos Anais da Casa, devemos dar...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Não vá V. Ex^a dizer que a retificação é para passar para 1.700 nomeações...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Se estou pedindo para fazer a retificação, é porque não são 860 nomeações.

Assim sendo, Sr. Presidente, me penitencio do equívoco cometido, porque não quero que figure, nos Anais, um erro, um equívoco que possa pesar sobre a minha honorabilidade aqui, no Senado Federal, por ter eu cometido um deslize e tenha feito acusação falsa ao Governador do meu Estado.

O fato é que recebi, depois, do meu Estado, uma carta de protesto, afirmando que aquele jornal do dia 15 de agosto não continha as 860 nomeações.

Por conseguinte, aproveitando a presente sessão, desejo fazer a retificação, que, como diz o nobre Senador Ruy Santos, muito me honra, porque não quero permanecer no erro. Se fiz acusação áspera, difícil, contundente, agora quero fazer a retificação.

Sr. Presidente, mandei encadernar dois *Diários Oficiais* no Serviço de Encadernação do Senado. Na próxima semana o trabalho estará ultimado. Um volume vou ofertar à Mesa do Senado, e destinado à nossa Biblioteca, portanto o Senado tem que compulsar a publicação, para ver se são verdadeiras as minhas declarações; o outro vou remeter ao ilustre Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — V. Ex^a retificou, pois inicialmente havia dito que iria enviar o volume para o futuro Presidente da República, General João Baptista Figueiredo.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Não, desculpe-me. Disse que ia mandar para o General Golbery, porque, se mandasse para o futuro Presidente da República, S. Ex^a poderia devolvê-lo. Vou mandá-lo para o General Chefe da Casa Civil, e S. Ex^a irá estudar as nomeações do Sr. Governador do meu Estado.

Esta, Sr. Presidente, a retificação: o órgão do Senado estudou e compulsou aquele *Diário Oficial* e encontrou outro resultado, que não aquelas oitocentas e tantas nomeações. É esse resultado, que me foi entregue hoje de manhã, trago ao conhecimento da Casa, para retificar a acusação de que aquele *Diário Oficial* do meu Estado, de 192 páginas, continha 860 nomeações: na Secretaria de Educação, segundo aquele *Diário*, foram feitas 906 nomeações — não são 862; errei, são 906 nomeações; na Secretaria de Justiça, 90; na Secretaria de Administração e Recursos Humanos, 12; na Casa Civil, 2; na Secretaria de Saúde, 32; na Secretaria de Segurança Pública, 31; na Secretaria de Agricultura, 40; na Secretaria da Fazenda, 23; na Casa Militar acrescida de mais um membro; na Procuradoria-Geral do Estado, hoje uma repartição em que se recebe um dos maiores salários em todo País, 3 nomeações; na Secretaria de Planejamento, que planejou as nomeações, 4 nomeações; na Secretaria do Interior e dos Transportes, 3; na Secretaria Extraordinária da Comunicação Social, 16; na Secretaria da Indústria e do Comércio, 10; na Secretaria da Cultura e Bem-Estar Social, 6. Total: 1.179.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Tinha eu razão quando disse que a retificação de V. Ex^a era para aumentar.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — V. Ex^a desconfiou. Queria que V. Ex^a desse o aparte.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Quantos emedebistas foram nomeados?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Nenhum. Todos arenistas fichados. Vou fornecer a cada Senador, através do Serviço de Mecanografia do Senado, a relação. São nomeações por quatro meses e 18 dias, até 31 de dezembro, em pleno período eleitoral. Foram nomeados, professoras, pessoal para Casa Militar, da Secretaria do Planejamento, Secretaria da Justiça, enfim, para todas as Secretarias. 1.179 nomeações num *Diário* só, do dia 15 de agosto de 1978, com 192 páginas. Normalmente o *Diário Oficial* sai com...

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Nomeações por quatro meses não são nomeações, Excelência.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — São contratações.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Eu não aceitaria.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — V. Ex^a pensa como baiano, e lá o pessoal pensa como arenista capixaba. Pegou a contratação por quatro meses, vai trabalhar para os deputados e senadores da ARENA, vai dar votos para enganar o povo, vai pesar; isso é só num *Diário Oficial*. As nomeações deste ano montam 6.400.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Os capixabas são homens de bem e não enganam ninguém. V. Ex^a está sendo injusto com seus conterrâneos afetivos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — De fato, V. Ex^a tem razão. Retiro a expressão, porque quem está enganando não é capixaba, é mineiro. Porque o Governador de lá é mineiro, é de Ubá.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Onde nasceu V. Ex^a?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Há dias V. Ex^a está querendo saber onde eu nasci. Nasci num lugar qualquer.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Não, V. Ex^a nasceu num lugar certo. V. Ex^a é mineiro, também.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Nasci nesta estrela, neste mundo, nessas outras estrelas, mas o nosso Governador, o que fez estas nomeações, é mineiro. Ele bateu o recorde no mundo! Num *Diário Oficial*, faltando apenas seis meses para deixar o Governo, ele nomeia, num dia, 1.179 pessoas, segundo apurou o Serviço Técnico do Senado Federal.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — É uma brigazinha de mineiro, entre V. Ex^a e o Governador.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — São 1.179 nomeações! E ainda falta um período de quatro meses. Isto é para esmagar o MDB. Mas ele está enganado, Sr. Presidente. Depois das eleições, após o dia 18 ou 19 de novembro, S. Ex^a vai dizer: "Santo Antônio me enganou", porque o Sr. Governador, com estas nomeações, vai levar um pau, como a surra que levou com a minha eleição, quando ele dizia que ia ganhar por cem mil votos e perdeu, apenas, por quase cinquenta mil de diferença. Ia ganhar por cem mil e perdeu por 48 mil. Pois bem, agora ele está nomeando é para ganhar, também.

Assim, Sr. Presidente, é a retificação que faço: no diário que irei ofertar à Mesa, na página de rosto, está este estudo, este levantamento feito pelo Serviço Técnico do Senado — 1.179. Eu pensei que fossem 600 nomeações, e cheguei a contar até 580, e, então, calculei 600 e fiz aquela acusação de 600 nomeações, mas está aqui, do Serviço Técnico do Senado: 1.179 nomeações. Assim, Sr. Presidente, é a "radiografia" que hoje podemos fazer, da Revolução em Estados como o nosso, onde um governador de um Estado que recebe uma suplementação mensal de 70 milhões de cruzeiros, para pagar o funcionalismo — recebe do Governo Federal — nomeia, num dia, 1.179 pessoas — não para trabalhar mas para ajudar nas eleições dos candidatos da ARENA. Foram nomeadas por 4 meses e 18 dias, conforme os Srs. Senadores irão ver pelo documento que irão receber; todas essas nomeações com prazo de vigência da contratação, e isto em pleno regime revolucionário. E a carta anexa ao volume que remeterei ao Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, é exatamente chamando a sua atenção. Quando ajudei a fazer a Revolução de 1964, tive também o meu pescoço a prêmio, caso a Revolução não fosse vitoriosa. V. Ex^a assistiu, numa noite tormentosa na Câmara dos Deputados, a nossa participação lá, contra aqueles agitados que enchiam o plená-

rio e ameaçavam invadir a Câmara, naquela noite. V. Ex^a é testemunha.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — V. Ex^a até os desafiou para uma luta lá fora, prova de que estava mesmo de corpo e alma envolvido no caso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Exatamente. Um ex-Governador — não vou dizer de onde para não identificar — que estava na tribuna, no meio do povo, na agitação da massa, desceu de lá e disse-me: "Deputado, o Sr. vai ser morto."

Sr. Presidente, sou um homem que anda desarmado, até na minha campanha, que é violenta, ando sem um canivete no bolso. Se me matarem, matam um homem desarmado. Sem um canivete nem para descascar uma laranja. Então, recorde-me esse ex-governador me cedeu o revólver da sua senhora dizendo: "Ao menos defenda a sua vida porque hoje o senhor vai ser morto, aqui". O comentário era esse. Eu resistia contra a cubanização do nosso País.

Portanto, numa revolução que ajudei a fazer eu assisto isso, Sr. Presidente! Um Governador, cinco meses antes de encerrar o seu período governamental, nomeia 1.179 funcionários num Estado que recebeu uma suplementação de 70 milhões de cruzeiros para pagar os funcionários!

Sr. Presidente, tenho que fazer uma advertência severa ao Senhor Chefe da Casa Civil: a revolução que ajudei a fazer, não é esta.

Eu fiz parte de uma revolução que combatia duas: a corrupção e a subversão. A corrupção está aí, escancarada, às escancaras, Sr. Presidente, campeando por aí. E aqui a prova, um *Diário Oficial* que prova a corrupção, e a figura toda inteira, em alto relevo, de um corruptor.

São estas as considerações que eu queria fazer, ao encaminhar à Mesa do Senado o volume do *Diário Oficial* do Estado do Espírito Santo, de 15 de agosto de 1978, o último dia das nomeações, com 1.179 contratações do Governo daquele Estado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SENHOR EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

A Presidência comunica ao Plenário que a sessão conjunta, convocada anteriormente para às 19 horas de hoje, fica antecipada para às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1978-Complementar, do Senhor Senador Otair Becker, que estabelece critérios para concessão de benefícios pecuniários do PRORURAL a serem concedidos ao trabalhador rural produtor, tendo

PARECER, sob nº 195, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 2 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Pro-

02.00 - SENADO FEDERAL

02.03 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

RECEITA

FUNDASEN

ANEXO I

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
		RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
	2 - RECURSOS VINCULADOS			16.000.000,00			31.000.000,00
	Receita Operacional, prevista no Orçamento Geral da União, a ser executada nos termos do parágrafo 3º, do artigo 483, da Resolução 58, de 1972, com a nova redação dada pela Resolução 57, de 1976 e do Ato nº 18, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal.	16.000.000,00	22		31.000.000,00	22	
	3 - SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						7.334.152,73
	3.1 - Saldo positado do FUNDASEN, verificado no fim do exercício de 1977 (Parágrafo Único, art. 39, do Regulamento do FUNDASEN, aprovado pelo Ato nº 18, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal; art. 483, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, com a nova redação dada pela Resolução nº 57, de 1976).				6.997.246,99	98	
	3.2 - Saldo oriundo de reversão à receita de saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar, considerados inconsistentes, em 31/12/77 (Por Portaria 188 de 29/08/73, item 14, da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda).				336.905,74	98	

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	RECEITA INDETERMINADA	TRANSFERÊNCIAS	RECEITAS DIVERSAS	RECEITAS ECONÔMICAS	RECEITAS DE CAP. TOTAL	RECEITA TOTAL
-	-	-	-	-	79.490.000,00	15.200.000,00	94.690.000,00

SITUAÇÃO ATUAL

RECEITAS CORRENTES TOTAL	RECEITAS DE CAP. TOTAL	RECEITA TOTAL
122.424.152,73	15.200.000,00	137.624.152,73

02.00 - SENADO FEDERAL

PROGRAMA DE TRABALHO

02.03 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ANEXO II

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
		PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	LEGISLATIVA			94.690.000,00			137.624.152,73
	ADMINISTRAÇÃO			85.790.000,00			128.724.152,73
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.200.000,00			3.200.000,00
01070214.430	SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES		3.200.000,00			3.200.000,00	
	PROCESSAMENTO DE DADOS			82.590.000,00			125.524.152,73
01070245.003	AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL	5.050.000,00			10.047.246,99		
01070244.095	FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL		16.000.000,00			31.000.000,00	
01070244.386	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL		61.540.000,00			64.476.905,74	
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			8.900.000,00			8.900.000,00
	DÍVIDA INTERNA			8.900.000,00			8.900.000,00
01080332.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		8.900.000,00			8.900.000,00	
	* - RECURSOS VINCULADOS						
TOTAL		5.050.000,00	89.640.000,00	94.690.000,00	10.047.246,99	127.576.905,74	137.624.152,73

02.00 - SENADO FEDERAL		NATUREZA DA DESPESA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
02.03 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN				ANEXO III	
SITUAÇÃO INTERIOR					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	CATEGORIA ECONÔMICA E ELEMENTOS
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				74.490.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				67.090.000,00
3.1.1.0	PESSOAL	27.900.000,00	4.000.000,00	-	31.900.000,00
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	27.900.000,00	4.000.000,00		31.900.000,00
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	25.000.000,00	3.400.000,00		28.400.000,00
02	DESPESAS VARIÁVEIS	2.900.000,00	600.000,00		3.500.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00	-		2.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	25.490.000,00	6.000.000,00	-	31.490.000,00
3.1.3.1	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	190.000,00	-		190.000,00
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	25.300.000,00	6.000.000,00		31.300.000,00
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS	1.000.000,00	-		1.000.000,00
3.1.5.0	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	700.000,00	-		700.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				7.400.000,00
3.2.4.0	JUROS	250.000,00	-		250.000,00
3.2.4.1	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	250.000,00			
01	FUNDADA INTERNA	250.000,00			
3.2.5.0	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.150.000,00	1.000.000,00	-	7.150.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				20.200.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				11.550.000,00
4.1.1.0	OBRAS PÚBLICAS	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
4.1.3.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	5.550.000,00	3.700.000,00	-	9.250.000,00
4.1.4.0	MATERIAL PERMANENTE	1.000.000,00	300.000,00	-	1.300.000,00
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				8.650.000,00
4.3.1.0	AMORTIZAÇÃO	8.650.000,00			
4.3.1.1	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	8.650.000,00			
01	FUNDADA INTERNA	8.650.000,00			
TOTAL DESP. CORRENTES		39.050.000,00	35.440.000,00	74.490.000,00	
INVESTIMENTOS		11.550.000,00			
INVERSÕES FINANCEIRAS		-			
TRANSF. DE CAPITAL			8.650.000,00		
TOTAL DESP. DE CAPITAL				20.200.000,00	
TOTAL GERAL					94.690.000,00

02.00 - SENADO FEDERAL		NATUREZA DA DESPESA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
02.03 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN				ANEXO III	
SITUAÇÃO		ATUAL			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	CATEGORIA ECONÔMICA E ELEMENTOS
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				105.870.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				94.570.000,00
3.1.1.0	PESSOAL	45.800.000,00	8.000.000,00	2.000.000,00	55.800.000,00
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	45.800.000,00	8.000.000,00	2.000.000,00	55.800.000,00
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	40.600.000,00	7.400.000,00	2.000.000,00	50.000.000,00
02	DESPESAS VARIÁVEIS	5.200.000,00	600.000,00	-	5.800.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	25.490.000,00	8.780.000,00	-	34.270.000,00
3.1.3.1	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	190.000,00	380.000,00	-	570.000,00
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	25.300.000,00	8.400.000,00	-	33.700.000,00
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS	1.000.000,00	500.000,00	-	1.500.000,00
3.1.5.0	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	700.000,00	300.000,00	-	1.000.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				11.300.000,00
3.2.4.0	JUROS	250.000,00	-	-	250.000,00
3.2.4.1	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	250.000,00			
01	FUNDADA INTERNA	250.000,00			
3.2.5.0	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.850.000,00	2.200.000,00	-	11.050.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				31.754.152,73
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				22.954.152,73
4.1.1.0	OBRAS PÚBLICAS	-	8.270.000,00	4.997.246,99	13.267.246,99
4.1.3.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	5.550.000,00	2.500.000,00	-	8.050.000,00
4.1.4.0	MATERIAL PERMANENTE	1.000.000,00	300.000,00	336.905,74	1.636.905,74
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	150.000,00	-	150.000,00
4.2.3.0	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL DE EMPRESAS EM FUNCIONAMENTO		150.000,00		
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				8.650.000,00
4.3.1.0	AMORTIZAÇÃO	8.650.000,00			
4.3.1.1	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	8.650.000,00			
01	FUNDADA INTERNA	8.650.000,00			
TOTAL DESP. CORRENTES		66.850.000,00	39.020.000,00	105.870.000,00	
INVESTIMENTOS		22.954.152,73			
INVERSÕES FINANCEIRAS		150.000,00			
TRANSF. DE CAPITAL			8.650.000,00		
TOTAL DESP. DE CAPITAL				31.754.152,73	
TOTAL GERAL					137.624.152,73

02.00 - SENADO FEDERAL

NATUREZA DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

02.03 - FUNDO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

ANEXO IV

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
		IMPLANTACAO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA	IMPLANTACAO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			74.400.000,00			105.870.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			67.090.000,00			94.570.000,00
3.1.1.0	PESSOAL						
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	31.900.000,00	31.900.000,00		55.800.000,00	55.800.000,00	
01	VEICULOS E VIAGENS FIXAS	28.400.000,00			50.000.000,00		
02	DESPESAS VARIÁVEIS	3.500.000,00			5.800.000,00		
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO						
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS		2.000.000,00			2.000.000,00	
3.1.3.1	RELAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		31.490.000,00			34.270.000,00	
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	31.900.000,00			570.000,00		
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS		1.000.000,00		33.700.000,00		
3.1.5.0	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		700.000,00			1.500.000,00	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			7.400.000,00			11.300.000,00
3.2.4.0	JUROS		250.000,00			250.000,00	
3.2.4.1	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	250.000,00			250.000,00		
01	FUNDAÇÃO INTERNA	250.000,00			250.000,00		
3.2.5.0	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		7.150.000,00			11.050.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			20.200.000,00			31.754.152,73
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			11.550.000,00			22.954.152,73
4.1.1.0	OBRAS PÚBLICAS		1.000.000,00			13.267.246,99	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES		9.250.000,00			8.050.000,00	
4.1.3.0	IMOBILIZANTE		1.300.000,00			1.636.905,74	
4.1.4.0	INVESTIMENTOS FINANCEIROS						150.000,00
4.2.0.0	ADQUIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE EMPRESAS EM FUNCIONAMENTO					150.000,00	
4.2.3.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			8.650.000,00			8.650.000,00
4.3.0.0	AMORTIZAÇÃO		8.650.000,00			8.650.000,00	
4.3.1.0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	8.650.000,00			8.650.000,00		
4.3.1.1	FUNDAÇÃO INTERNA	8.650.000,00			8.650.000,00		
01							

SITUAÇÃO ANTERIOR → 39.050.000,00 35.440.000,00 74.490.000,00 20.200.000,00 94.690.000,00

SITUAÇÃO ATUAL → 67.850.000,00 39.020.000,00 105.870.000,00 31.754.152,73 137.624.152,73

02.00 - SENADO FEDERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

02.03 - FUNDO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

ANEXO V

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
RECEITA			DEPESA		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES		79.490.000,00	DESPESAS CORRENTES		74.490.000,00
			DESPESAS DE CUSTEIO	67.090.000,00	
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.400.000,00	
			SUPERAVIT		5.000.000,00
TOTAL		79.490.000,00	TOTAL		79.490.000,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		5.000.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		20.200.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		15.200.000,00	INVESTIMENTOS	11.550.000,00	
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.650.000,00	
TOTAL		20.200.000,00	TOTAL		20.200.000,00

02.00 - SENADO FEDERAL

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

02.03 - FUNDO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDSEN

ANEXO V

SITUAÇÃO ATUAL					
RECEITA			DESPESA		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES		122.424.152,73	DESPESAS CORRENTES		105.870.000,00
			DESPESAS DE CUSTEIO	94.570.000,00	
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.300.000,00	
			SUPERAVIT		16.554.152,73
TOTAL		122.424.152,73	TOTAL		122.424.152,73
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		16.554.152,73	DESPESAS DE CAPITAL		31.754.152,73
RECEITAS DE CAPITAL		15.200.000,00	INVESTIMENTOS	22.954.152,73	
			INVERSÕES FINANCEIRAS	150.000,00	
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.650.000,00	
TOTAL		31.754.152,73	TOTAL		31.754.152,73

ATA DA 70ª SESSÃO, REALIZADA EM 17-5-78

(Publicada no DCN — Seção II — de 18-5-78)

RETIFICAÇÕES

No texto do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1978 (nº 4.699-B/78, na Casa de origem), que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — a doar os imóveis que menciona":

Na página 2242, 1ª coluna, no art. 1º, *in fine*,

Onde se lê:

... nos processos INCRA/CR-11 nºs: 000087/77, 000088/77, 000089/77 e 000095/77.

Leia-se:

... nos processos INCRA/CR-11 nºs: 000087/77, 000088/77, 000089/77, 000090/77 e 000095/77.

ATA DA 98ª SESSÃO, REALIZADA EM 20-6-78

(Publicada no DCN — Seção II — de 21-6-78)

RETIFICAÇÃO

No texto do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1978 (nº 4.881-B/78, na Casa de origem), que "altera a diretriz da ferrovia EF-463 integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973":

Na página 2977, 2ª coluna, no art. 1º, após a diretriz da ferrovia EF-463,

Onde se lê:

Extensão: 417 km

Leia-se:

Extensão: 471 km

ATA DA 151ª SESSÃO, REALIZADA EM 19-9-78

(Publicada no DCN — Seção II — de 20-9-78)

RETIFICAÇÕES

No texto aprovado do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1978 (nº 4.699-B/78, na Casa de origem), que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — a doar os imóveis que menciona":

Na página 4628, 2ª coluna, no art. 1º, *in fine*,

Onde se lê:

... nos processos INCRA/CR-11 nºs 000087/77, 000088/77, 000089/77 e 000095/77.

Leia-se:

... nos processos INCRA/CR-11 nºs: 000087/77, 000088/77, 000089/77, 000090/77 e 000095/77.

ATA DA 153ª SESSÃO, REALIZADA EM 21-9-78

(Publicada no DCN — Seção II — de 22-9-78)

RETIFICAÇÃO

No texto aprovado do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1978 (nº 4.881-B/78, na Casa de origem), que "altera a diretriz da ferrovia EF-463 integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973":

Na página 4691, 2ª coluna, no art. 1º do projeto, após a diretriz da ferrovia EF-463,

Onde se lê:

Extensão: 417 km

Leia-se:

Extensão: 471 km

**TRECHO DA ATA DA 62ª SESSÃO, REALIZADA EM 9-5-78,
QUE SE RETIFICA POR HAVER SAÍDO COM
INCORREÇÃO NO DCN (SEÇÃO II), DE 16-5-78**

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1978 (nº 1.704-B/76, na Casa de origem), que "dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional":

Na página 2201, 2ª coluna, no art. 5º do projeto,

Onde se lê:

..., e decorridos noventa dias da remoção, apreensão ou detenção,...

Leia-se:

..., e decorridos noventa dias da remoção, apreensão ou retenção,...

**CONTABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE
PLANILHA PATRIMONIAL DO DIA 31 DE AGOSTO DE 1978**

7.000 - ATIVO			8.000 - PASSIVO		
7.100 - DISPONÍVEL			8.100 - REALIZÁVEL		
7120 - Banco C/Depósito	1.100.551,81		8113 - Credores por Pedido Parlamentar	1.736.232,00	
7121 - Banco do Brasil S/A	3.862.784,67		8114 - Credores Diversos	222.033,22	
7122 - Banco C/Depósito em Trânsito	152.381,63		8115 - Trânsito de Renda Pedido na Fonte	62.257,10	
7123 - Caixa Econômica Federal	4.164.493,88		8116 - Títulos a Pagar	19.550,00	2.035.036,32
7124 - Open Market	561.351,35	14.126.695,53			
7.200 - REALIZÁVEL			8.200 - FUNDO DE GARANTIA		
7210 - Depósitos Bancários a Prazo Fixo	16.500.000,00		8210 - Fundo de Reserva		1.700.000,00
7211 - Operações Diversas	21.092,02				
7212 - Fundo de Investimento	37.673,60				
7213 - Agência do Banco do Brasil S/A	821.130,00				
7214 - Despesas Suplentes	12.707.054,93				
7215 - Despesas C/Aplicação Especial	3.136.906,16				
7216 - Contratos de Operações Ativas e Passivas	21.168.701,48				
7217 - Câmara dos Deputados	1.577.773,72	52.265.366,30			
7218 - Senado Federal					
7.300 - ATIVO PERMANENTE			8.300 - NÃO REALIZÁVEL		
7310 - Equipamentos e Instalações	2.721,00		8310 - Resultado Operacional		
7311 - Veículos, Móveis e Apuráveis	153.371,58		01 - Exercícios Anteriores	23.080.695,47	
7312 - Terra Bruta			02 - Exercício Atual	52.050.190,15	75.130.885,62
01 - Valor Histórico	5.350.451,75		8311 - Resultado da Atividade das Bônus Intérais	6.561.119,07	65.132.333,70
02 - Valor C/Reavaliação	9.561.661,17	14.081.932,92			
7313 - Móveis e Utensílios	7.150,00	15.050.454,80			
TOTAL DO ATIVO:.....			8.400 - TRANSFERÍVEL		
		91.741.025,63	8410 - Resultado P/Conta F. Assistencial	2.000,00	
			8411 - Resultado P/Conta Seguros		
			01 - De Seguros Diversos	40.525,05	
			02 - De Seguros de Veículos	6.736,10	
			03 - De Seguros de Veículos	307.235,62	
			04 - De Seguros de Veículos	161.731,05	518.229,02
			8412 - Resultado P/Despesas de Custeio		
			01 - De Veículos	2.937,50	303.347,52
			TOTAL DO PASSIVO:.....		91.741.025,63

SENADOR HENRIQUE DE LA ROCHA AGUIAR

Presidente

Brasília, 31 de Agosto de 1978

RSB AMÉRICO RODRIGUES ARAÚJO
Téc. Contab-CRQ 2326-CE-T-DF.
CPF- 03267731-91

SENADOR HEITOR DIAS PEREIRA

Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DA ANS (INSPREVID) - ANS
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
BALANÇO ACUMULADO DE 01.01 A 31.08.1978.

RECEITA			
1.000 - RECEITAS CORRENTES			
1.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA			
1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias			
01 - Da Câmara	11.317.136,50		
02 - Do Senado	2.355.071,22	16.712.207,72	
1112 - Contribuições Seg. Facultativas			
01 - Da Câmara	3.766.725,00	7.733.308,00	
02 - Do Senado	3.956.923,00	2.065.204,00	
1113 - Contribuições de Pensionistas			
1114 - Contribuições P/Comp. Carência			
01 - Seguradas Obrigatórias	523.813,34		
02 - Seguradas Facultativas	8.632,15	532.445,49	27.063.165,21
1.200 - RECEITA PATRIMONIAL			
1225 - Juros de Open Market		553.375,63	
1231 - Juros de Depósitos Bancários		1.232.114,10	
1235 - Juros S/Dep. C/Aplic. Especial		1.060.042,88	
1231 - Juros de Depósitos Simples		3.966.238,48	
1232 - Aluguéis		962.553,44	
1233 - Dividendos e Participações		227.110,48	7.502.435,41
1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS			
1325 - Recaudas de Seguros		185.016,26	
1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1411 - Contribuições da Câmara		32.417.896,28	
1412 - Contribuições do Senado		8.716.396,04	
1413 - Contribuições Decor. Saldo Diárias			
01 - Da Câmara	662.098,00		
02 - Do Senado	172.735,00	836.796,00	
1414 - Contribuições Diversas			
01 - Subvenção da Câmara	1.300.000,00		
02 - Subvenção do Senado	835.000,00		
03 - Subvenção ao VCE	10.771.000,00	13.126.000,00	55.156.993,32
1.500 - RECEITAS DIVERSAS			
1510 - Multas e Juros de Mora			
01 - Sobre Contribuições	12.537,60		
02 - Sobre Empréstimos Simples	21.012,18	46.579,78	
1520 - Indenizações e Restituições		126.215,16	
1530 - Comissões S/Seguros		45.875,70	216.902,61

TOTAL DA RECEITA.....

90.226.317,81

SENADOR RESPONSÁVEL DA CONTA: *[Assinatura]*
Presidente

Brasília, 31 de Agosto de 1978.

JOSÉ ABRILIO RODRIGUES ARAÚJO
Téc. Contab. - C/C 2306-CE-T-DF
CPF - 032.577.21

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

RECEITAS

1.000 - RECEITAS CORRENTES

1.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA			
1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias			
01 - Da Câmara	1.812.355,14		
02 - Do Senado	321.571,46	2.106.926,60	
1112 - Contribuições Seg. Facultativas			
01 - Da Câmara	387.639,00	1.018.921,00	
02 - Do Senado	511.282,00	289.791,00	
1113 - Contribuições de Pensionistas			
1114 - Contribuições P/Comp. Carência			
01 - Seguradas Obrigatórias		72.151,22	3.510.089,97
1.200 - RECEITA PATRIMONIAL			
1225 - Juros de Open Market		553.375,63	
1231 - Juros de Depósitos Bancários		11.121,67	
1235 - Juros S/Dep. C/Aplic. Especial		502.551,32	
1231 - Juros de Depósitos Simples		91.485,00	
1232 - Aluguéis		262.553,44	
1233 - Dividendos e Participações		227.110,48	1.338.521,42
1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS			
1325 - Recaudas de Seguros		13.082,95	
1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1411 - Contribuições da Câmara		1.172.349,28	
1412 - Contribuições do Senado		1.150.421,92	
1413 - Contribuições Decor. Saldo Diárias			
01 - Da Câmara		112.261,00	
1414 - Contribuições Diversas			
03 - Subvenção do Ministério da Educação e Cultura	10.771.000,00	16.238.038,20	
1.500 - RECEITAS DIVERSAS			
1510 - Multas e Juros de Mora			
01 - Sobre Empréstimos Simples		7.235,15	
1520 - Indenizações e Restituições		35.247,93	
1530 - Comissões S/Seguros		1.322,17	41.256,26

TOTAL DA RECEITA.....

21.191.788,70

SENADOR RESPONSÁVEL DA CONTA: *[Assinatura]*
Presidente

Brasília, 31 de Agosto de 1978
JOSÉ ABRILIO RODRIGUES ARAÚJO
Téc. Contab. - C/C 2306-CE-T-DF
CPF - 032657721-01

DESPESA			
3.000 - DESPESAS CORRENTES			
3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO			
3113 - Gratificações a Servidores		282.946,00	
3130 - Serviços de Tercleiros		25.562,35	
3160 - Conserv. Maq. Motores e Aparelhos		11.986,00	
3170 - Despesas Diversas		106.228,47	
3180 - Impostos e Taxas		93.730,93	
3190 - Juros Passivos		19.448,00	513.556,05
3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3280 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios		15.024.582,00	
3281 - Pensões a Contribuintes Facultativos		14.760.097,86	
3282 - Pensões a Beneficiários		5.853.479,81	
3283 - Pensões a Beneficiários Especial		99.513,00	
3284 - Auxílios Pecuniários para Funeral		1.013.151,00	
3285 - Auxílios Pec. de Seguro de Vida		210.768,00	
3287 - Devolução Juros P/Pagto Antecipado		1.110,00	
3288 - Restituição Saldo Diárias		7.666,85	
3289 - Diversas Despesas Previdenciárias Sociais		3.165,00	
3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial		621.221,09	37.673.071,64
TOTAL DA DESPESA.....			
Superavit Verif. no Per. 01.01 a 31.08.78..			38.216.107,71
TOTAL.....			52.008.096,41

TOTAL DA DESPESA.....
Superavit Verif. no Per. 01.01 a 31.08.78..
TOTAL.....

30.08.1978

DESPESAS

3.000 - DESPESAS CORRENTES

3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO			
3113 - Gratificações a Servidores		39.160,00	
3130 - Serviços de Tercleiros		7.315,01	
3170 - Despesas Diversas		764,38	
3190 - Juros Passivos		2.131,00	48.700,39
3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3280 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios		2.002.110,00	
3281 - Pensões a Contribuintes Facultativos		2.116.336,00	
3282 - Pensões a Beneficiários		859.800,00	
3283 - Pensões a Beneficiários Especial		12.442,00	
3285 - Auxílio Pec. de Seguro de Vida		15.500,00	
3287 - Devolução Juros P/Pagto Antecipado		1.210,00	
3289 - Diversas Despesas Previdenciárias Sociais		59,00	5.037.689,00

TOTAL DA DESPESA.....
Superavit verif. neste mês.....

TOTAL.....

SENADOR RESPONSÁVEL DA CONTA: *[Assinatura]*SENADOR RESPONSÁVEL DA CONTA: *[Assinatura]*

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

REUNIÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 27-9-78

Às dez horas do dia vinte e sete de setembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, em sua sede, reúne-se a Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Senadores Accioly Filho, Presidente, Saldanha Derzi, Lourival Baptista, Nelson Carneiro e Lenoir Vargas e Deputados Flávio Márcilio, Vice-Presidente, Thales Ramalho, Secretário, Luiz Braz, Tesoureiro, Jarmund Nasser, Padre Nobre, Joel Ferreira, Ubaldo Barem, Vasco Neto, Batista Miranda e Odulfo Domingues. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa a falar da 65ª Conferência Interparlamentar, fazendo um relato sucinto da intervenção brasileira, quando da apreciação do caso de violação dos direitos de parlamentares. Esclarece Sua Excelência que o Brasil votou favoravelmente aos Projetos de Resolução que apreciaram casos de violação dos direitos de parlamentares no Uruguai, na Argentina e na Indonésia. Quanto ao Projeto de Resolução referente ao Brasil, a Delegação se absteve de votar, por se considerar impedida nos termos do discurso pronunciado pelo Senador Accioly Filho, que vai publicado ao pé da Ata. Prosseguindo, o Senhor Presidente declara que a presente sessão fora convocada para tratar da Reunião da subcomissão para o estudo dos meios de combate à poluição no mar Mediterrâneo, a realizar-se em Atenas em outubro próximo futuro. A Comissão Deliberativa resolve: a) fixar em US\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos dólares americanos) a ajuda de custo a ser paga, mais passagem de ida e volta em Primeira-Classe; e, por proposta do Senhor Senador Saldanha Derzi, b) credenciar o Senhor Presidente a representar o Brasil na Reunião, acompanhado de um Assessor, ou, no caso de Sua Excelência não poder comparecer, indicar o seu substituto. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a sessão para que se lavre a Ata. Reabertos os trabalhos, às dez horas e quarenta e cinco minutos, é a mesma lida e aprovada. Eu, Thales Ramalho, Secretário, lavrei a presente Ata que irá à publicação.

DISCURSO A QUE SE REFERE A ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 27-9-78:

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR ACCIOLY FILHO, NA REUNIÃO DO CONSELHO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA EM BONN, RFA, EM 13-9-78.

Senhor Presidente,
Senhores Delegados,

O Grupo Brasileiro ficará atento ao desejo e ao pedido feitos pelo Conselho Interparlamentar. Nosso povo é o que mais se interessa e mais almeja a plena restauração em nosso país de todos os princípios democráticos. Estamos conseguindo realizar esta restauração, que nos custou muitos esforços e que traduz nossa vocação democrática.

Senhor Presidente, o povo brasileiro tem uma sólida tradição democrática e se sente orgulhoso de seu amor à liberdade. Sua história política é o exemplo dessa vocação. O Brasil, que é uma nação independente há um século e meio, viveu, sem interrupção, a democracia plena durante mais de um século. Mas nós também conhecemos dias muito difíceis. Duas vezes, durante a última guerra mundial e no decorrer destes últimos anos, sofremos a interrupção da democracia em sua pureza e sua integridade.

Quem, entretanto, dentre nós, Senhor Presidente, não conheceu épocas enfermas em seu passado democrático? Qual é este feliz país? Poderíamos ir mais adiante e fazer uma outra indagação, a saber, se outros países mais desenvolvidos não falharam, em dado momento, na ajuda a seu vizinho durante crises políticas temporárias. Em nossa opinião, antes de condenar as nações pela fraqueza das instituições políticas, seria mais importante de se rejubilar quando estas falhas chegam ao término, pois neste caso, a democracia se torna efetiva.

Com referência ao assunto que temos diante de nós, gostaria de acrescentar que o Comitê Especial, após ter estudado a questão, adiou os debates, em consequência das informações que lhe foram comunicadas por minha delegação, prevendo a próxima restauração democrática no meu país.

No momento em que o Conselho debate este projeto, o Congresso Brasileiro está votando a emenda constitucional que restabelece a plenitude democrática com a revogação de toda a legislação excepcional.

A Delegação Brasileira é grata ao Comitê Especial por haver permitido adiar este debate até hoje.

Para finalizar, Senhor Presidente, a Delegação Brasileira se abstém de votar, mas ficará atenta aos termos da Resolução.

Obrigado, Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:
Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carneira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
Jarbas Passarinho
José Sarney
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Paulo Brassard
Vice-Líderes
Evalásio Vieira
Gílvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Director: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálvio Coelho	3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraiso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evalásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carneira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evalásio Vieira
2. Evandro Carneira	2. Gílvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes	6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálvio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barbosa
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brassard	
5. Orestes Quêrcia	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Iamar Franco

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

Suplentes**ARENA**

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Aldevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Iamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena

1. Evandro Carneiro
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

Suplentes**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

Suplentes**ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Iamar Franco
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Cunha Lima

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clévis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Saldanha Derzi
5. Helvídio Nunes
6. Lenair Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

Suplentes**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Otair Becker

MDB

1. Franco Montoro
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Hugo Ramos
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carneiro

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clévis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Jessé Freire	1. Braga Junior
2. Ruy Santos	2. Virgília Távora
3. Lenoir Vargas	3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho	4. Cattete Pinheiro
5. Lourival Baptista	
6. Accioly Filho	
	MDB
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quêrcia	2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro	

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Milton Cabral	1. José Guimard
2. Vilela de Magalhães	2. Murilo Paraíso
3. Arnon de Mello	3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante	
5. Jarbas Passarinho	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena
Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Helvídio Nunes	1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann	2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi	3. Jarbas Passarinho
	MDB
1. Hugo Ramos	1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Magalhães Pinto	1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa	2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora	3. Helvídio Nunes
4. Jessé Freire	4. Heitor Dias
5. Arnon de Mello	5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi	6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney	
8. João Calmon	
9. Augusto Franco	
10. Otto Lehmann	
	MDB
1. Paulo Brassard	1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha	2. Hugo Ramos
3. Itamar Franco	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Nelson Carneiro	

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos
Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Altevir Leal	1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos	2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro	3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco	
5. Lourival Baptista	
	MDB
1. Adalberto Sena	1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha	2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

ARENA**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Copanema
3. Vilela de Magalhães

ARENA**MDB**

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Laurival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Laurival Baptista
5. Vilela de Magalhães

ARENA**MDB****Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

1. Evandro Carneira
2. Evaldão Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Sousa Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8805 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes das Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cláudia Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sá — Ramal 316.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1978**

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.F.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	LEDA
	C.A.R.	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	WILHELO	09:30	C.S.P.C.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	OSÉAS		C.S.F.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	LEDA
09:00	C.S.N.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL	13:00	C.R.	CLÓVIS REVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA CAULIN
	C.N.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos a

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976

Preço: Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Textos vigentes da Constituição Federal e das Constituições
de todos os Estados da Federação brasileira.

ÍNDICE TEMÁTICO E NOTAS

2ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA: 1977

2 tomos

Preço: Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (Íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF.

EDIÇÃO: 1976

2 tomos

PREÇO:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39
421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00